



MUNICÍPIO DE CARMO DO PARANAÍBA

CNPJ 18.602.029/0001-09

Sede Administrativa: Praça Misael Luiz de Carvalho, nº 84

PABX: (034) 3851-9800

CEP: 38840-000 – CARMO DO PARANAÍBA – MG

JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO
LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 096/2019
CARTA CONVITE Nº 002/2019

Trata-se de julgamento de recurso de licitação que tem por objeto a **contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços especializados em assessoria e consultoria em gestão de projetos de comunicação institucional digital, incluindo, planejamento estratégico, acompanhamento de conteúdo audiovisual para web, animações gráficas, gestão e monitoramento de mídias sociais, automação da comunicação digital estratégica, desenvolvimento, suporte, execução de soluções em comunicação digital, auxílio em produção de revista e/ou jornal institucional.** Analisando todos os pontos da presente peça recursal, expondo as ponderações formuladas que fundamentaram a decisão final:

DA TEMPESTIVIDADE/MOTIVAÇÃO DA INTENÇÃO DE RECORRER

A empresa recorrente apresentou recurso, em 24 de outubro de 2019, motivando da seguinte maneira, de forma resumida:

“... deveria a Comissão Permanente de Licitação declarar inabilitada a empresa JF Remarcação LTDA, e dar continuidade no processo de licitação com a abertura dos envelopes, no que não foi feito, descumprindo as normas do edital, que é a lei da licitação conforme já pacificado no ordenamento jurídico. Não há que se falar assim em considerar habilitadas empresas que apresentem pelo menos 1 (um) atestado emitido por qualquer pessoa jurídica, independente de ser de direito público ou de direito privado. Razão esta que trata de grave ilegalidade em observação aos princípios da administração pública.

(...)”

DAS RAZÕES DE RECURSO

Inobstante a tempestividade, adentramos no mérito, em que pese a alegação da recorrente, é de se ressaltar que, em primeiro lugar que a Comissão Permanente de Licitações conduziu a licitação em observância a todas as preceitos e normas legais que regem sobre o assunto, principalmente, em se tratando à observação dos princípios básicos da Administração estabelecidos na Lei 8.666/93 e na Lei 10.520/02.

O licitante alega em seu recurso fatos que deveriam ter sido mencionados na fase anterior, ou seja de habilitação.



MUNICÍPIO DE CARMO DO PARANAÍBA

CNPJ 18.602.029/0001-09

Sede Administrativa: Praça Misael Luiz de Carvalho, nº 84

PABX: (034) 3851-9800

CEP: 38840-000 – CARMO DO PARANAÍBA – MG

Como colocado no recurso da requerente, foi dado publicidade da decisão de habilitação de todos os licitantes no dia 21 de outubro, sendo que nesse mesmo dia foi realizada consulta a todos os participantes sobre o melhor dia para a realização da abertura dos envelopes com as propostas de preços, visando a possibilidade da presença de todos e novamente informando da decisão da Comissão de Licitação sobre os recursos interpostos. Dessa forma foi marcada, com a anuência de todos os participantes, a sessão de abertura para o dia 22 de outubro, quando compareceram os licitantes e foram abertos e auferidos os preços ofertados sendo declarado vencedor a empresa JG Remarcação LTDA, não sendo levantados qualquer questão contra a decisão da habilitação, conforme a ata redigida pela comissão e assinada por todos os presentes.

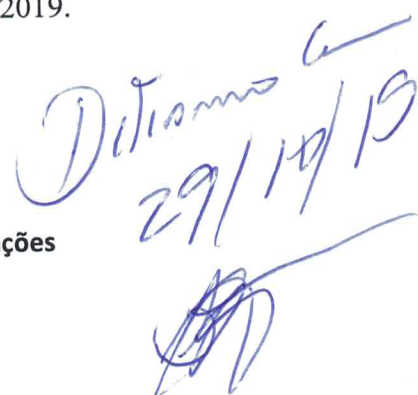
Com o fim da sessão de abertura e conseqüente declaração de vencedor a empresa Naiara Ramos de Oliveira (PROMÍDIA MARKETING), apresentou o presente recurso alegando contra a habilitação da empresa vencedora. Ocorre que os recursos contra a habilitação devem ser apresentados após as decisões de habilitação ou inabilitação em um prazo de 02 dias corridos, o que não ocorreu no presente caso, visto que o recurso foi apresentado 04 (quatro) dias após o conhecimento da decisão da Comissão Permanente de Licitações.

Na presente fase do processo de licitação, cabem apenas recursos contra as decisões da Comissão de Licitação posteriores a abertura dos envelopes de preços, sendo as fases anteriores superadas e aceitas pelos participantes, visto que não foram apresentados recursos tempestivos sobre elas.

DA ANÁLISE E CONCLUSÃO

Considerando os fatos narrados acima e parecer jurídico assinado pelo Procurador-Geral do Município de Carmo do Paranaíba em atenção ao recurso impetrado pelo Recorrente, decidiu-se pelo INDEFERIMENTO do recurso apresentado. É importante destacar que a presente justificativa não vincula a decisão superior, apenas faz uma contextualização fática e documental com base naquilo que foi carreado a este processo, fornecendo subsídios à autoridade administrativa superior, a quem cabe análise desta decisão. Desta maneira submetemos a presente decisão à autoridade superior para apreciação e posterior ratificação. Carmo do Paranaíba, em 29 de outubro de 2019.


Simeire Silva Moreira Cunha
Presidente da Comissão Permanente de Licitações


Dilson
29/10/19
